

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.296.152 - SP (2018/0118319-6)

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**AGRAVANTE** : EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DIGITAL LTDA  
**ADVOGADOS** : MILTON FLAVIO DE ALMEIDA C. LAUTENSCHLAGER E OUTRO(S) - SP162676  
JOSÉ GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ - RJ165506  
**AGRAVADO** : VICENTE PAULO DE MORAIS  
**ADVOGADOS** : LUCAS CORREA GOMES MENDONÇA - SP265377  
ALEXANDRO BARBOZA ANDRÉ E OUTRO(S) - SP282963  
**INTERES.** : MAGAZINE LUIZA S/A  
**ADVOGADOS** : JOÃO AUGUSTO SOUSA MUNIZ - SP203012  
MAÍRA DE OLIVEIRA LIMA RUIZ FUJITA E OUTRO(S) - SP222014  
RAPHAELA VITÓRIA DIAS TABOZA - SP369573

### DESPACHO

Vistos, etc.

A agravante, pessoa jurídica de direito privado, requer os benefícios da gratuidade de justiça.

É assente neste Tribunal Superior o entendimento de que a pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, pode fazer jus ao referido benefício, desde que o requerimento para tanto venha acompanhado da demonstração inequívoca do seu estado de incapacidade econômica, não bastando o pedido ou simples declaração de pobreza.

A propósito, confira-se o seguinte precedente da Corte Especial do STJ:

*ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO. SÚMULA 316/STJ. SINDICATO. JUSTIÇA GRATUITA. ESTADO DE POBREZA. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE. PRECEDENTES DA CORTE ESPECIAL. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA, REFORMANDO O ACÓRDÃO RECORRIDO, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO.*

*1. "Cabem embargos de divergência contra acórdão que, em agravo regimental, decide recurso especial" (Súmula 316/STJ).*

*2. "Na linha da jurisprudência da Corte Especial, as pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, para obter os benefícios da justiça gratuita, devem comprovar o estado de miserabilidade, não bastando simples declaração de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*pobreza" (EREsp 1.185.828/RS, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, Corte Especial, DJe 1º/7/11).*

*3. Embargos de divergência acolhidos para, reformando o acórdão embargado, negar provimento ao agravo de instrumento do SINDISPREV/RS.*

*(EAg 1245766/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/11/2011, DJe 27/04/2012)*

**Assim, concedo o prazo de 15 dias para que a parte junte aos autos documentos que demonstrem sua atual situação econômica a fim de justificar o deferimento do benefício.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator